

Configuração espacial e uso dos espaços livres públicos em cidade de médio porte: o caso de Pau dos Ferros, RN, Brasil**Spatial configuration and use of public free space in a medium-sized city: the case of Pau dos Ferros, RN, Brazil**

DOI:10.34117/bjdv5n8-004

Recebimento dos originais: 14/07/2019

Aceitação para publicação: 12/08/2019

Trícia Caroline da Silva Santana

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Docente adjunta da Universidade Federal Rural do Semi Árido

Endereço: Rua Baía das Canária, 2234. Ponta Negra. Natal, Brazil.CEP: 59029-250

E-mail: Tricia.santana@ufersa.edu.br

Daniella Victória Mendes Diniz

Discente do curso de Engenharia Civil

Instituição: Universidade Federal Rural do Semi Árido

Endereço: BR-226, s/n, Pau dos Ferros - RN, 59900-000

E-mail: danyelavictoria@gmail.com

RESUMO

As praças são locais ideais para a prática de atividades de lazer, recreação, circulação e comércio. Seu uso está relacionado à configuração espacial que apresenta, mas também às formas pelas quais as características ambientais são apreendidas pelos usuários. Este artigo apresenta uma análise quantitativa e qualitativa, abordando aspectos relacionados à configuração espacial e à percepção ambiental dos usuários, ao ponto dos elementos que podem influenciar o uso efetivo dos espaços livres públicos. O objeto empírico é Praça Monsenhor Caminha, em Pau do Ferros, RN, Brasil, e a metodologia foi a área de ambiente construído/comportamento. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 30 usuários, levantamento de campo e levantamento documental. Os resultados mostraram que os padrões de uso e comportamento dos usuários ocorrem de acordo com a configuração espacial do local, o que contribui para a ocorrência de determinadas atividades, mas também para a percepção que os indivíduos têm do local.

Palavras-Chave: Configuração espacial; Espaços públicos; Percepção**ABSTRACT**

The squares are ideal places for practicing leisure activities, recreation, circulation and commerce. Its use is related to the spatial configuration that it presents, but also to the ways in which the environmental characteristics are apprehended by the users. This article presents a quanti-qualitative analysis, relating aspects related to the spatial configuration and the environmental perception of the users, to point out the elements that can influence the effective use of public spaces. The empirical object is the Square Monsenhor Caminha, in Pau do Ferros

/ RN / Brazil, and the methodology was the environment / behavior area. Semi structured interviews were carried out with 30 users, field survey and documentary survey. The results showed that users' patterns of use and behavior occur in agreement with the spatial configuration of the place, which contributes to the occurrence of certain activities, but also to the perception that individuals have of the place.

Keywords: Spatial Configuration; Public Spaces; Perception

1. INTRODUÇÃO

Os espaços livres públicos são fundamentais para a interação social das pessoas nas cidades e embora exista uma demanda efetiva, a construção de novos espaços nem sempre apresenta projetos que favoreçam ou incentivem a sua utilização. Fala-se bastante sobre a crise que afeta o uso e valorização dos espaços públicos enquanto locais de lazer, recreação e circulação (ARENDR, 1991; HABERMAS, 1984; JACOBS, 2001; SENNET, 1988). Em consequência, muitas práticas sociais que eram características desses espaços foram direcionadas a locais que favorecem maior permanência do usuário por ofertarem mais conforto e segurança, como condomínios fechados, clubes exclusivos, shoppings centers e parques temáticos.

Por outro lado, ao invés de se debruçarem sobre a crise, outros autores dedicam-se a debater sobre a vitalidade dos espaços públicos, voltando-se para os locais onde ela é encontrada e para o entendimento das condições que favorecem vivências públicas coletivas harmoniosas. Nesse sentido, Gehl e Gemzøe (2002) argumentam que parte do não-uso está ligado ao empobrecimento dos projetos dos espaços públicos, que não acompanham as mudanças sociais. O texto a seguir tem como base uma revisão teórico-conceitual acerca de elementos projetuais capazes de propiciar a vitalidade urbana em áreas livres, envolvendo obras de Gehl, Whyte, Jacobs e Alexander e entrevistou usuários para averiguar que elementos projetuais abordados pelos autores são mais perceptíveis e incentivam o uso e a vitalidade dos espaços livres públicos.

A respeito do debate sobre o conceito de praça e a noção de espaço público, Alex (2008) ressalta, que atualmente as influências do paisagismo norte-americano interferem marcantemente no entendimento e nas formas de conceber o projeto desses espaços urbanos. Para este autor, a praça é simultaneamente um vazio e uma construção e, mais do que apenas um espaço físico aberto, revela-se um centro social integrado ao tecido urbano, sendo também importante pelo seu valor histórico e pela sua participação contínua na vida da cidade.

O lazer é um dos direitos fundamentais dos cidadãos, estando assegurado na Constituição Federal em seu Art. 6º. no qual Estado tem o dever de cumprir com sua regulação e prover as condições mínimas necessárias para que todos os indivíduos tenham acesso aos bens culturais de lazer de maneira igualitária.

Ação fundamental para a qualidade de vida e para a saúde dos indivíduos, é entendido aqui como um conjunto de ocupação às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade seja para repousar, se divertir, se entreter e recrear, ou ainda, para desenvolver sua formação, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade (DUMAZEDIER, 2004).

Diante do exposto, o lazer uma das condições básicas para o desenvolvimento humano social dos cidadãos e necessita a articulação de elementos e fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais para que ocorra de maneira apropriada. Os espaços livres públicos, por sua acessibilidade irrestrita a todos os indivíduos e passível de ser usufruído coletiva ou individualmente possibilitam o exercício do lazer como um direito social. Apresentam uma longa tradição histórica como espaços de reunião, celebrações, encontros e possibilitam a vida em sociedade (SENNET, 1988), os quais, distribuídos pela cidade formam uma trama de possibilidades de uso e apropriações fundamentais, especialmente para aqueles que não podem arcar com os custos de opções privadas de lazer.

Seu uso porém, está diretamente relacionado às condições de uso em que se encontram, sendo assim, este estudo buscou compreender quais aspectos são percebidos pelos usuários para que visitem as praças públicas para a prática do lazer. Baseado em uma bibliografia da autores (JACOBS, 1961/2001; ALEXANDER et al., 1977; WHYTE, 2009; GEHL, 2006) que listaram elementos e diretrizes projetuais capazes de incentivar o uso em espaços livres públicos, foram aplicadas entrevistas semi estruturadas com 30 usuários da praça pública Monsenhor Caminha na cidade de Pau dos Ferros/RN. A estratégia metodologia adotada possibilitou analisar, sob a ótica dos indivíduos como a configuração espacial pode favorecer a utilização desses espaços de lazer. Entende-se que o conhecimento de elementos ou estratégias projetuais capazes de favorecer o uso desses espaços seja importante para orientar intervenções e reformas nesses espaços, e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que propiciem a inserção e manutenção desses ambientes nas cidades e da promoção do lazer.

2. O USO DO ESPAÇO PÚBLICO E SUA RELAÇÃO COM A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

Embora parte da literatura discorra sobre a “crise” nos espaços livres públicos, comentando sua “morte” como um fenômeno contemporâneo (JACOBS, 1961/2001; SENNET, 1988), outra parte dela discute possibilidades de utilização desses locais, cuja vitalidade seria essencial para a própria sobrevivência da cidade (GEHL, 2006; WHYTE, 2009). Partindo dessa dicotomia, propõe-se discutir aspectos que podem interferir no uso de praças públicas, sob o ponto de vista dos pesquisadores que se dedicam ao tema, entendendo-se que a elucidação de questões relativas ao abandono ou à subutilização dos espaços públicos perpassa a identificação de atributos relevantes para a atração de usuários e a promoção de atividades.

Na década de 1960, Jacobs (1961/2001) defendeu a valorização dos espaços públicos tradicionais (em especial da rua) como lugares lúdicos e de trocas de sociabilidade, reforçando a importância do livre acesso a eles e o papel dos edifícios do entorno no favorecimento da presença de indivíduos. Embora a autora não tenha abordado especificamente o desuso de praças públicas em suas críticas, seu olhar para a vida pública nas ruas também incide sobre as praças, pois trata das relações humanas no contexto urbano como um todo.

Por sua vez, Gehl (2006), White (2009) e outros autores discutem o conceito de vitalidade urbana sob dois aspectos vinculados aos estudos da qualidade urbana: (i) como uma ação, ou seja, o ato de animar, de dar vida; (ii) como um estado, significando a intensidade da vida social e de suas manifestações. O debate em torno dessas duas possibilidades define indicadores que dão uma ideia ampla sobre as formas de utilização efetiva dos espaços livres públicos, analisando a influência de sua configuração física na presença (ou não) de pessoas no local. Ou seja, segundo tais autores, a vitalidade pode ser entendida como uma condição do espaço público, cujas características específicas permitem tanto atrair quanto manter em sua área usuários distintos (faixa etária, gênero, condição social, estado civil, etc.), em variados horários e dias, e realizando atividades também diversas.

Ainda sob esse enfoque, Canter (1997) afirma que o ambiente deve ser analisado em função de seus atributos físicos, do(s) significado(s) que assume na vida das pessoas e do(s) comportamento(s) que propicia, reforçando, assim, a importância dos valores culturais nas experiências com os espaços públicos. Para este artigo, esse entendimento é essencial, já que vincula o uso do espaço não só aos elementos físicos existentes, mas também a aspectos da percepção dos usuários.

A partir das contribuições discorridas, o conceito de vitalidade utilizado relaciona a análise morfológica ao comportamento e à percepção dos usuários, considerando que, para

haver a vitalidade deve haver uma relação entre pessoas, local e objetos (bancos, árvores, brinquedos), tendo como intermediária a percepção. Portanto, a presença de pessoas nos espaços livres públicos é considerada fundamental para a existência de um estado de vitalidade, tornando-se tema recorrente para Jacobs (1961/2001), Alexander et al. (1977), Whyte (2009) e Gehl (2006).

Jacobs (op.cit) demonstra que o uso de um local está em grande parte relacionado à sua morfologia, que pode potencializar a presença de usuários. Defendendo que há estratégias de manipulação do espaço que podem ser adotadas para promover o uso ativo do ambiente, a autora discute a noção de bairro e sua função na cidade, destacando pontos que podem tornar as ruas e calçadas (in)seguras, aspectos que podem tornar um bairro animado e próspero, e os perigos da escassez de diversidade. Em seu texto ela evidencia a relevância da presença humana para gerar mais vida e animação ao lugar, em uma espécie de círculo que se retroalimenta, enfatizando quatro condições indispensáveis para gerar diversidade nos espaços públicos: usos principais combinados, quadras curtas, prédios de várias idades e concentração de pessoas (densidade alta).

Alguns destes aspectos também constam do livro *A Pattern Language*, de Alexander et al. (op cit), uma importante discussão de fatores do projeto arquitetônico influenciada pela compreensão da relação entre comportamento humano e ambiente construído. Embora seja bastante generalista pois constitui uma primeira tentativa contemporânea explícita para tratamento do ambiente espacial em seu conjunto (LYNCH, 2007), o texto traz 253 recomendações para conceber cidades e edifícios mais “animados”, e propõe estratégias locais e globais de projeto direcionadas a facilitar a vida pública (presença e permanência de pessoas), incentivando a vitalidade urbana.

Tais diretrizes são expostas por meio de proposições, ou padrões, soluções recorrentes que podem ser repetidas sem que seja preciso reproduzi-las exatamente (que retomaremos ao longo desse capítulo), o que confere flexibilidade à linguagem, já que não existiriam soluções iguais e únicas, mas sim aquelas adaptadas ao contexto.

Com relação à importância da presença de pessoas para a vitalidade, destaca-se, ainda, a obra de Jan Gehl (2006), *La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios*, que discute questões acerca do modo como as capacidades sensoriais podem influenciar a utilização dos espaços públicos, apresentando estratégias sobre como promover seu uso ativo. A obra oferece uma descrição detalhada de importantes atividades realizadas nos espaços públicos (desde conversar, namorar, jogar e brincar, até trabalhar e discutir), tendo

como principal fonte de dados a pessoa que utiliza o lugar, cujas opiniões relacionada com as características dos ambientes e com o seu contexto (entorno). Sob seu ponto de vista as pessoas são os principais protagonistas da cidade, e ruas e calçadas são “órgãos vitais”, pois, nelas ocorre grande parte da integração e convivência social, mesmo quando se verificam conflitos entre usos (considerados inerentes à vida urbana).

Complementando essa argumentação, Whyte (2009) pontua aspectos subjetivos (ou intangíveis) que o ambiente deve proporcionar aos usuários, possibilitando (ou impossibilitando) seu uso. Ao incorporar a sociabilidade, essa dimensão se reflete em diversas propriedades do ambiente (como ser agradável ou alegre), em cuja análise é recomendado que o pesquisador faça o levantamento das características dos usuários, das atividades desenvolvidas por eles e dos horários de uso, além de realizar entrevistas. Segundo o autor, um espaço público bem sucedido tem muitas pessoas (sozinhas e/ou em grupos, conhecidas e desconhecidas entre si e de variadas idades), e sua ocupação acontece em vários horários, de dia e de noite. A diversidade de idades dos usuários reflete a comunidade no qual ele está inserido.

Os estudos nesse campo (SERPA, 2007; ALEX, 2008; CARMONA, 2003) evidenciam que as atividades podem estar relacionadas: (i) ao que ocorre no lugar (parques e quadras de esporte); (ii) ao que ocorre em seu entorno (comércio e serviço); (iii) às iniciativas protagonizadas por autônomos (pipoqueiros, sorveteiros, ambulantes); e (iv) a eventos programados. Em um estudo recente, Silva (2009) documenta a rotina de funcionamento das atividades variadas do entorno de oito espaços públicos de lazer em São Leopoldo-RS, e conclui que a existência de atividades funcionando ao longo de todo o dia e sua variedade concorre para haver constantemente pessoas circulando no lugar, o que atrai a vitalidade.

Diante dessas considerações, enfatiza-se a importância dos espaços livres públicos, esquivando-se da noção de que locais voltados ao lazer e recreação não são itens essenciais face a todas as demais necessidades e prioridades que perpassam as áreas urbanas brasileiras. O lazer é entendido aqui como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, se divertir, se entreter e recrear ou, ainda, para desenvolver sua formação, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade (DUMAZEDIER, 2004).

Uma das várias possibilidades de exercício do lazer como um direito social está nos espaços públicos de uma cidade, entendidos aqui como aqueles de acesso irrestrito, nos quais as pessoas realizam atividades individuais ou em grupos (LYNCH, 1997). Assim, discutir

como essas indicações sobre espaço, vitalidade urbana e percepção se aplicam na praça Monsenhor Caminha relação entre configuração espacial e uso dos espaços livres públicos, como elemento fundamental da qualidade de vida do moradores e como direito social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo de caso apresentado neste artigo é um recorte de uma pesquisa que tem por tema os espaços públicos urbanos, e que é norteada pela metodologia consagrada na área ambiente/comportamento, de abordagem multidisciplinar (por exemplo, MARCUS; FRANCIS, 1998).

Para sua realização, foram utilizados múltiplos métodos de coleta de dados, tais como: levantamento de arquivo, levantamento físico e entrevistas com usuários. A pesquisa bibliográfica buscou embasamento sobre o tema da vitalidade urbana e dos elementos que possibilitam a vivência saudável no ambiente construído, a qual gerou um quadro de referências.

Em outro momento foram aplicados questionários semi-estruturados à 30 usuários da Monsenhor Caminha, com questões abertas e fechadas, que objetivaram identificar as relações entre usuários e o espaço público.

Os dados das entrevistas foram tabulados no software Excel, e foi empregado o método da estatística descritiva simples.

4. USO E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL NO SEMI-ÁRIDO POTIGUAR: O CASO DA PRAÇA MONSENHOR CAMINHA

O município de Pau dos Ferros se localiza na Região do Alto Oeste Potiguar, e possui uma população de cerca de 27.745 habitantes, dos quais mais de 90% está na área urbana (IBGE, 2012) conforme **Figura 01**.

Figura 01: Mapa de Pau dos Ferros no RN e na Região do Alto Oeste Potiguar (IBGE; 2012).



A cidade de Pau dos Ferros tem sua origem atrelada á uma trilha utilizada por vaqueiros e viajantes à caminho da Província do Ceará em 1973 e que seguia um curso d'água que no período do inverno estava cheio e que viria ser chamado de Rio Apodi.

A região em que está localizado o município fica entre duas serras e às margens do rio Apodi. Foi elevada à condição de vila em 04 de setembro de 1854 quando se desvincula de Portalegre e se torna um importante entroncamento em função da circulação de mercadorias e pessoas. Em 1924 Pau dos Ferros foi elevada á categoria de cidade, sendo Francisco Dantas de Araújo seu primeiro prefeito. Atualmente a cidade conta com 27 733 habitantes (IBGE, 2012) e se divide em 13 bairros que se desenvolvem principalmente nas proximidades de dois importantes eixos viários, a BR 226 que corta a cidade no sentido norte-sul e a RN 117, no sentido leste à oeste.

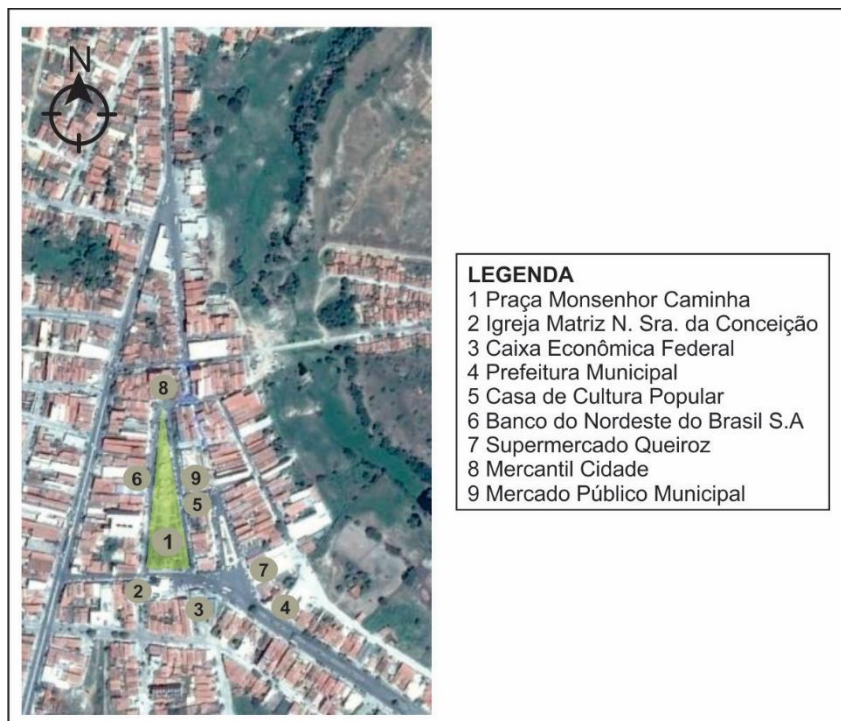
A praça Monsenhor Caminha ou Praça de Matriz, na cidade de Pau dos Ferros está situada em sua zona central e possui uma área de aproximadamente 988 m². Foi inaugurada em 27 de junho de 2009 e na última reforma recebeu uma fonte, bancos, arborização e paisagismo, lixeiras, além de quiosques de venda de comida e bebidas e artesanatos. O formato da praça é triangular e cercado por ruas em todas as sua faces, o que facilita seu acesso por qualquer um dos lados, ampliando sua permeabilidade, de acordo com o exposto na **Figura 02**.

Figura 02: Imagens da Praça Monsenhor Caminha, Pau dos Ferros, Natal/RN/Brasil.



Encontra-se ao lado da Igreja Matriz N. Sra. da Conceição, próximo à Prefeitura Municipal, à Casa da Cultural Popular e à bancos e grandes supermercados. Em seu entorno distribuem-se imóveis residenciais, comerciais e de prestação de serviço (**Figura 03**). Essa diversidade de atividades existente na vizinhança da praça possibilita a circulação de um número expressivo de pessoas, sejam moradores, sejam visitantes das cidades adjacentes, haja visto que Pau dos Ferros atua como uma metrópole regional, aglutinando em si uma grande variedade de oportunidades de serviços, de produtos e de instituições, em relação à cidades menores de seu entorno. Entretanto, por se tratar de funções realizadas em determinados dias e horários (genericamente, de segunda feira à sexta feira das 8 às 18hs), nota-se que em outros momentos do dia a praça tem sua utilização mais reduzida, seja para usos de permanência (sentar, ler, conversar, comer e beber) seja para a circulação de pessoas. Observa-se então, o papel das características das atividades do entorno na promoção do uso do espaço público (GEHL, 2006),

Figura 03: Entorno da Praça Monsenhor Caminha (as autoras, 2018).



A pesquisa qualitativa envolveu a aplicação de entrevistas com 30 pessoas que se encontravam na praça. Participaram 19 homens e 11 mulheres, a idade predominante foi de adultos entre 30 e 59 anos (40%) seguindo de idosos (+60 anos, 30%) e de jovens de 18 à 29 anos (20%). A maior parte residia em Pau dos Ferros (60%) e o restante em cidades vizinhas.

A maioria dos entrevistados afirmou que raramente usam o lugar para atividades de permanência (40%), os que usam o ambiente para realização de funções de estar são 30% e 10% dos entrevistados afirmaram não saber. Dentre as pessoas que utilizam a praça efetivamente e não como local de passagem, a maioria disse que costuma encontrar amigos, conversar e namorar (60%), alguns (20%) relataram que vão para comer e beber nos quiosques. Tanto como local de passagem quanto de permanência, o lugar é visitado por 40% das pessoas todos os dias e 20% apenas nos dias da semana.

Quando questionados sobre quem são as pessoas que mais visitam a praça, aferiu-se que os adultos são os que mais utilizam o lugar, acredita-se que pela sua localização e pela pouca oferta de atrativos para crianças (o local dispõe apenas de um pequeno play-ground de

madeira). A companhia preferida das pessoas que acessam a praça são os adultos (30%), os que vão com crianças (20%) e também daqueles que vão sozinhos (40%).

Em relação aos sentimentos ou sensações presenciados pelos usuários quando estes visitam a praça, a maioria afirmou que se sente feliz (40%) e confortável (30%), ou ainda relaxado (10%) indicando que o espaço é percebido positivamente pelas pessoas entrevistadas. Contraditoriamente, mais da metade afirmou que o espaço é péssimo (60%) e apenas 10% consideram o lugar muito bom. Tal avaliação pode estar relacionada com a falta de opções de atividades presentes na praça, que não dispõem de quadra, de playground ou de outras possibilidades de lazer ativo, sendo um local de contemplação ou de lazer lúdico. Os autores (WHYTE, 2009; GEHL, 2006) sugerem que a existência de múltiplas possibilidades de lazer e recreação são fundamentais para o sucesso de um ambiente, evitando seu abandono/subutilização e o desperdício de infra estrutura.

Os usuários mencionaram alguns pontos positivos como: proximidade à comércio (30%); boa localização e acesso (30%), além de ser agradável (20%). Entende-se que a localização é um importante atrativo para os espaços públicos (GEHL, 2006), no entanto está localizada em uma área predominantemente comercial condiciona o uso do ambiente aos horários em que as atividades comerciais estão em funcionamento, relegando o lugar ao pouco uso ou mesmo abandono em outros momentos do dia e da semana. A localização também está relacionada com a sensação de segurança citada pelos usuários (JACOBS, 1961/2001; ALEXANDER et al. 1977). Nas entrevistas, a falta de segurança percebida pelas pessoas foi o ponto negativo mais citado (20%), junto com a presença de indivíduos suspeitos (20%) e pela existência de ruídos/barulho (20%). Todos esses itens estão relacionados com sua inserção em área central. A presença de "indesejáveis" foi citada por Whyte (2009), segundo qual pode interferir negativamente na maneira como as pessoas utilizam os ambientes, e pode levar o espaço ao abandono, já que suscita nas pessoas sensações de insegurança e medo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as maneiras como os usuários percebem e se apropriam dos ambientes urbano é uma estratégia de melhorar o funcionamento das estruturas urbanas e contribuir para a qualidade de vida urbana.

Nesse sentido, este artigo buscou enumerar os principais aspectos que a literatura indica como essenciais para um projeto urbano e relacionar com a percepção dos usuários de uma praça pública na cidade de Pau dos Ferros/RN, nomeadamente Praça Monsenhor Caminha ou

Praça da Matriz. Os resultados indicaram localização, presença de equipamentos e mobiliário urbano variado e a sensação de segurança são fundamentais para o bom uso de um lugar. Além disso, considerar a localização é relevante, pois sabe-se que o espaço vai além de si mesmo, e está diretamente relacionado com seu entorno e com as atividades e possibilidade de acesso existentes.

Priorizar a sensação de segurança com o uso de iluminação artificial ou de rondas policiais também é uma saída para reduzir a subutilização do lugar em horários diferentes do funcionamento comercial, e deve ser pensando como uma maneira de valorizar a praça, sob o ponto de vista dos usuários.

Destaca-se o potencial papel dessa praça para o lazer dos moradores da cidade, diante de sua localização, história, condições de conservação e possibilidades de acomodar eventos ou atividades culturais.

Observa-se que a praça Monsenhor Caminha é um espaço histórico na cidade e conserva os traços de um projeto urbano e paisagístico que priorizou o lazer contemplativo. Ressalta-se a importância desse equipamento para a cidade, como um lugar de encontro e de passagem que se mantém ao longo do tempo, mesmo que em momentos específicos do dia ou da semana.

REFERÊNCIAS

ALEX, S. **Projeto da Praça**. Senac, São Paulo, 2008.

ALEXANDER, C., ISHIKAWA, S. e SILVERSTEIN, M. **A pattern language: Towns, buildings, construction**. Oxford University Press, New York, 1977.

ARENDT, H. **A condição humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira), 1988.

CANTER, D. "The facets of place". In G. T. Moore & R.W. Marans (Eds). **Advances in environment Behavior and Design**. Plenum Press, New York, v.4, 109-147, 1997.

CARMONA, M. **Public places, urban places: the dimensions of urban design**. Architectural Press, Burlington, 2003.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. Perspectiva, São Paulo, 2004.

GEHL, J. **La humanización del espacio urbano**. La vida social entre los edificios. Editorial Reverté, Barcelona, 2006.

GEHL, J; GEMZØE L. **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Ed. Gustavo Gilli S.A, 2002.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flavio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, 2012.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Martins Fontes, São Paulo, 2001.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Martins Fontes, São Paulo, 1997.

MARCUS, C. C. e FRANCIS, C. **People places**: design guidelines for urban open space. 2nd. John Wiley, New York, 1998.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**. Companhia das Letras, São Paulo, 1988.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. Contexto, São Paulo, 2007.

SILVA, A. M. Atratividade e Dinâmica de Apropriação de Espaços Públicos para o Lazer e Turismo. Porto Alegre, UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

WHYTE, W. H. **The social life of small urban spaces**. Project for Public Spaces, New York, 2009.